



**PARECER PRÉVIO Nº 32/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11527/2016.**

**Apensos:** Processo nº 11934/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** Neilson da Cruz Cavalcante (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.

**7- Unidade Técnica:** DICOP, DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7689/2022-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria com desempate da Presidência**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo, referentes ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, *caput* e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, conforme irregularidades identificadas quanto aos atos de governo e aos atos de gestão, explanados na fundamentação do Voto.

*Vencido o voto-vista do Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho que votou pela aprovação com ressalvas, multa, determinação e ciência*



**PARECER PRÉVIO Nº 32/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 28 de março de 2023.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 32/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11527/2016.**  
**Apensos:** Processo nº 11934/2015.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Neilson da Cruz Cavalcante (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP, DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7689/2022-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2015.

Determinação.                      Recomendação.                      Ciência.  
Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria com desempate da Presidência**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo Parecer Prévio, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, para que, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual):

*O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.*



**ACÓRDÃO Nº 32/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

*Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.*

*O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;*

**10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que adote as medidas necessárias para a **autuação** de processos a serem submetidos a julgamento neste Tribunal, em relação às irregularidades não sanadas, referentes aos **itens 68 a 132**, da fundamentação do Voto;

**10.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, sob pena de aplicação de sanção por esta Corte de Contas, em caso de reincidência, que:

**10.3.1.** cumpra rigorosamente os ditames do art. 94, da Lei nº 4.320/1964 (item 83);

**10.3.2.** tome as providências no sentido de que as conciliações bancárias (contábeis) sejam elaboradas e assinadas pelo contador (item 96);

**10.3.3.** tome as providências no sentido de que os históricos dos lançamentos contábeis da entidade estejam de acordo com a boa técnica e as normas contábeis, especialmente a ITG 2000 – Escrituração Contábil (itens 6/letra “d”, 11 e 14), de modo a atender as necessidades de informação dos usuários em geral da contabilidade (transparência), especialmente aqueles que fazem auditoria contábil (item 100);

**10.3.4.** tome as providências no sentido de que o débito do PASEP referente ao exercício de 2015 - diferença - seja devidamente quitado (item 101);

**10.3.5.** adote um sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48, parágrafo único, inciso III e art. 48-A da LRF c/c Decreto nº 7.185/2010, arts. 2º e 7º (itens 102 e 103);

**10.3.6.** desenvolva e implemente procedimentos e rotinas de controle interno aptas a permitir maior eficiência e efetividade nos atos emanados pelo administrador público, sobretudo naqueles relacionados à matéria de pessoal (item 105);

**10.3.7.** exonere os servidores em situação de nepotismo, se porventura ainda existirem (item 106);



**ACÓRDÃO Nº 32/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3.8.** regularize os servidores em situação contrária ao art. 113, da Lei Orgânica do Município c/c §§1º e 13, do art. 40 da CF/88, se porventura ainda existirem (item 107);

**10.3.9.** corrija ou suspenda os pagamentos que estejam em desacordo com a norma regulamentadora, caso ainda não tenha feito (itens 108, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118);

**10.3.10.** inclua o órgão de controle interno nos procedimentos de análise e emissão de parecer acerca dos atos relacionados à pessoal: análise de folha de pagamento (itens 108, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118);

**10.3.11.** observe rigorosamente os requisitos legais quanto à designação de servidores para o desempenho de funções dos membros das comissões existentes e em funcionamento (item 119).

**10.3.12.** nas próximas contratações, atente à necessidade de apresentação do termo de recebimento provisório e/ou definitivo da obra, conforme estabelece o art. 73, I, “a” e “b” da Lei nº 8666/1993 (item 125);

**10.4. Determinar,** diante as irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

**10.5. Dar ciência ao Sr. Neilson da Cruz Cavalcante,** por meio de seus representantes legais, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente, para que tome as providências que entender cabíveis;

**10.6. Arquivar** o presente processo, após expirados os prazos legais e cumpridas as determinações exaradas.

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de março de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



**ACÓRDÃO Nº 32/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça,  
Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral